

## **Ensino de Historia: interdisciplinaridade História com a Literatura**

**Ágda Priscila da Silva**

(Graduanda em História/UFRN)

**Débora Quézia Brito da Cunha**

(Graduanda em História/UFRN)

**Ildegarde Elouise Alves**

(Graduanda em História/UFRN)

### **Resumo**

O ofício de professor exige que o profissional seja dinâmico, flexível e atento às diversidades que envolvem o âmbito escolar. No tocante ao ensino de historia, a situação é a mesma o profissional docente de historia deve estar atento aos inúmeros aspectos que abrangem o processo de ensino-aprendizagem. Nesse trabalho, buscaremos analisar as possibilidades do uso da interdisciplinaridade da história com a literatura. Na medida em que, muitas traduções literárias fazem menção a um determinado fato/período histórico, sendo essas obras fictícias ou não. Buscaremos mostrar como o uso da interdisciplinaridade se faz importante no processo de ensino aprendizagem e como ela pode ser usada e relevante.

Palavras chaves: Ensino, interdisciplinaridade e literatura.

### **1. Introdução**

Bem sabemos que a questão da interdisciplinaridade vem sendo muito discutida em nosso país, apesar de ser algo já estudado e utilizado há muito tempo em outros continentes. A aplicação dos métodos que aplicam a interdisciplinaridade para o ensino da História é uma necessidade que visa facilitar o trabalho do professor e melhorar o desempenho do aluno.

A interdisciplinaridade busca, fundamentalmente, a relação entre as disciplinas no momento de enfrentar temas de estudo. De acordo com Hernández (1998) pode-se situar a prática interdisciplinar em pelo menos três eixos:

a) Como forma de sabedoria, como um sentido do conhecimento que se baseia na busca de relações que ajude a compreender o mundo no qual vivemos a partir de uma dimensão de complexidade;

b) Como referência epistemológica que restabelece 'o pensamento atual como problema antropológico e histórico chave', o que leva a abordar e pesquisar problemas que vão além da compartimentação disciplinar;

c) Como concepção do currículo que adota formas tão díspares como a que coloca globalização na sequencia de programação desde a qual podem relacionar

conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, como propõem as atuais reformas de países como o Brasil e a Espanha (p.34).

A utilização de materiais diversificados no ensino da História propicia uma maior exploração e visualização do conteúdo com enfoques diferentes, que vai de acordo com o objetivo desejado pelo professor. O livro didático não deve ser o único instrumento de ensino em uma sala de aula, pois isso limita a criatividade do professor e contribui com a defasagem do ensino. Com o intuito de se aproximar mais do conhecimento do aluno, o professor deve utilizar também um linguagem mais simples e acessível, porém com riqueza de propostas educativas possibilitando a interdisciplinaridade.

Conforme Silva (1995:196), a questão do multiculturalismo na ação educativa, também é válida para a interdisciplinaridade, pois “(...) um multiculturalismo crítico certamente não propõe um encerramento e um fechamento cultural. Pelo contrário, uma perspectiva multicultural crítica supõe pontos de contato entre as culturas, capacidades de tradução entre elas”.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, como já foi dito, são exigências formais dos currículos nacionais (Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio). Esses conceitos são mais claros nos documentos para o Ensino Fundamental, onde a disciplina de História se mantém como específica e a partir desse campo são traçados conteúdos e procedimentos compartilhados com outras disciplinas, bem como podem ser abordados também outros tópicos transdisciplinares.

## **2. História e literatura: uma relação de afinidade**

História e Literatura sempre mantiveram relações muito próximas, mais tênues ou demarcadas conforme a concepção historiográfica ou o gênero de literatura; por vezes, também temos aqui relações ambíguas: onde termina a História e começa a Literatura? Onde termina a Literatura e penetramos, ainda que indelevelmente, na realidade histórica?

As ambigüidades são muitas e se interpenetram: a História, ainda que postule ser uma ciência, é ainda assim um gênero literário; a Literatura, ainda que postule ser uma Arte, está diretamente mergulhada na História: é a história que a constitui enquanto um gênero produzido pelo homem e incontornavelmente inserido na temporalidade; e é ainda da História que a Literatura extrai boa parte de seus materiais – seja da história dos

historiadores ou da história vivida, mesmo que esta seja a história anônima, vivida diariamente através dos dramas pessoais que não se tornam públicos.

No universo de aproximação da História com a Literatura, os historiadores têm descortinado mundos completamente diferentes daqueles antes conhecidos por meio das fontes escritas tradicionais. A literatura desvenda a complexidade humana: os indivíduos, sujeitos de desejos, paixões, sonhos, delírios; envolvidos em relacionamentos de amor, de rivalidade, de ódio; inseridos em seu meio social, econômico, político e cultural.

A literatura revela o valor cognitivo da metáfora, que o espírito científico rejeita. A metáfora literária estabelece uma comunicação analógica entre realidades muito distantes e diferentes, que permite dar intensidade afetiva à inteligibilidade que ela apresenta. A literatura, portanto, “fala do historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos” (SEVCENKO, 1999:21).

Sabe-se que as duas áreas, História e Letras, têm diversos pontos em comum – como os conceitos de narrativa, leitor, tempo, entre outros. Além desses, foi possível, através de diversas leituras, encontrar tantos outros, tais como: “verdade”, “realidade”, “verossimilhança”, “veracidade”, “representação”, “identidade social”, entre outros.

Por ser um produto cultural, a literatura se constitui em categoria movente, no tempo e no espaço. O texto literário que fala do passado não significa para o historiador a busca da verdade de outro tempo e sim a concepção de passado que se encontra formulada no tempo da escritura. Raramente uma obra está isolada, pois têm antecedentes e descendentes, e cabe ao historiador situá-la tanto no meio social, quanto na tradição interna a que pertence. Na História da Educação, as fontes literárias também começam a ser aproveitadas e têm propiciado textos que tematizam e contam uma “outra” História da Educação.

Se, por um lado, a educação consiste em ensinar e aprender, sendo, portanto, a transmissão cultural de uma geração a outra, por outro lado, o mundo da educação é pouco conhecido por professores e pesquisadores, e o estudo da história permite olhar a realidade, ver “o outro”, identificar culturas, educação, escolas e práticas educativas.

A leitura segue por meio de inter-relacionamentos: texto, contexto e intertexto. Nas relações estabelecidas, pressupõe-se a experiência da leitura a serviço de uma

História Social e Cultural que possa identificar os conceitos e os conteúdos como recursos interpretativos e eficazes para a elaboração da História da Educação.

Pensar a educação a partir da interdisciplinaridade é ir além da mera transmissão de conteúdo, onde o aluno é um ser-objeto dividido em gavetas. É considerar a aproximação que certas disciplinas têm. Embora a literatura seja um produto artístico, com características estéticas está enraizada no contexto histórico.

Sendo assim, estudar a literatura e a história numa perspectiva interdisciplinar favorece a compreensão e a assimilação, pois somos movidos por “histórias” e, a literatura é o testemunho da sociedade, revelando as tensões e mágoas, numa perspectiva tenaz, pois expressa mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência, uma vez que seu compromisso maior é com a fantasia e não com a realidade, preocupa-se com aquilo que poderia, ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com seu estado real. Enquanto a história procura o "ser" das estruturas sociais, a literatura fornece a expectativa do seu "vir-a-ser". O objeto de pesquisa do historiador é a realidade. O escritor ocupa-se com a possibilidade. Esta diferença deve ser considerada pelo historiador diante do material literário.

### **3. História e literatura: (re)pensando o ensino de História.**

A literatura, em todos os seus gêneros, constitui um campo de contribuição para se trabalhar a interdisciplinaridade e seu uso está inserido numa ‘tradição escolar’ da época do *currículo humanístico*, como afirma Bittencourt, (2011:338). Trabalhar textos literários com os alunos possibilita a realização de análises mais profundas e as pesquisas que vários estudiosos da literatura vem desenvolvendo estão possibilitando abordagens do campo mais complexas, que podem ser utilizadas pelos docentes de História. (BITTENCOURT, 2011:341)

Dentre os estudiosos que contribuem para uma nova abordagem dos textos literários destaca-se Mikhail Bakhtin, linguista, filólogo e especialista em análises literárias. Segundo Terra (2005), é comum o uso de pinturas, gravuras ou textos como fonte para pesquisa ou informação sobre determinado contexto histórico, por professores de História, sendo utilizados geralmente para ilustrar ou demonstrar algo já estudado. Pode-se dizer que todos os documentos são obras humanas, e que por isso, segundo Bakhtin, não podemos lê-los ou compreendê-los como simples coisas, objetos que servem para exemplificar contextos. Isso é impossível na medida em que há nos

documentos sujeitos que falam e constroem a realidade retratada, por meio de contornos, formas e materialidade de estilos comuns à época e originais. (TERRA, 2005:101)

Segundo Bittencourt, “existe uma *relação dialógica* entre o autor e o leitor da obra, e essa relação possibilita sempre um encontro entre *lugares* e *épocas* diferentes” (p.341) Isso significa que o olhar e os comentários realizados sobre uma obra artística qualquer (uma poesia, um romance, um conto, um quadro), serão diferentes, pois serão dependentes de quem está lendo e da época de realização da leitura. E as premissas para que estes comentários sejam feitos são fornecidas por essa relação dialógica.

Importantes obras da literatura têm sido lidas, interpretadas, adaptadas e traduzidas em diversas épocas e contextos, e isso independe do próprio autor, de sua intenção e do público leitor com o qual inicialmente pretendeu uma comunicação. Quanto a essa questão, Bittencourt afirma:

Para a História, esse referencial torna possível analisar textos literários como documentos de época, cujos autores (os criadores das obras) pertencem a determinado contexto histórico e são portadores de uma cultura exposta em suas criações, seguidores de determinada corrente artística e representantes de seu tempo. Do mesmo modo, as obras, ao ser lidas na época contemporânea - no caso, por alunos -, estão impregnadas das muitas leituras que já se fizeram sobre elas. O poema *Os Lusíadas* de Camões, por exemplo, no decorrer de sua história, foi objeto de muitas leituras, tendo-se transformado em livro didático, ao ser devidamente apresentado e comentado por outros leitores e estudiosos com essa finalidade. (BITTENCOURT, 2011:342)

A Literatura constitui uma fonte de pesquisas muito profícua para a História, pois nela podem ser encontradas informações sobre cultura, cotidiano e pensamentos de uma determinada sociedade e época, nas quais os literatos poderiam estar inseridos, por isso tornam-se úteis para a pesquisa e o ensino da História. Segundo Campos; Faria (2009), isso ocorre por causa do interesse e preocupação dos historiadores dos séculos XIX e primeiras décadas do XX nos aspectos políticos e econômicos da História, não dando relevância ao cotidiano em seus estudos. Por sua vez, os literatos encontram na História ricas fontes para o desenvolvimento de seus trabalhos. Em outras palavras, o texto literário é fonte para a História na medida em que: “Ainda que o texto literário seja fruto do esforço individual de criação do autor, sua produção se deu em um contexto histórico e por isso ele reflete as ideias e valores coletivos, a visão de mundo da sociedade de seu tempo” (CAMPOS;FARIA, 2009:30)

Reafirmando a possibilidade do uso da Literatura como fonte para a pesquisa e o ensino de História CAMPOS; FARIA exemplificam, colocando:

No Brasil, por exemplo, as crônicas de viagens da época colonial e imperial, os versos abolicionistas de Castro Alves, os retratos de Machado de Assis do cotidiano do Rio de Janeiro, os relatos do massacre de Canudos de Euclides da Cunha, as memórias de um preso político, de Graciliano Ramos, a cultura regional de Guimarães Rosa, dentre outros, são fontes privilegiadas pelo historiador para obter dados que confirmam, complementam ou preenchem lacunas de outras fontes de pesquisa. E, ao trabalhar esses documentos, devemos ter especial atenção com a linguagem. Seu dinamismo reflete-se no seu caráter mutável. Assim, as expressões coloquiais ou os termos usados por segmentos sociais específicos podem ser grandes obstáculos para o entendimento do texto literário. Além dessas dificuldades, é preciso considerar que há elementos subjetivos que caracterizam a obra e o estilo dos diferentes autores.(CAMPOS, FARIA; 2009:31)

Quando Campos;Faria afirmam que ao trabalhar estes documentos é preciso ter atenção especial em relação a linguagem, refere-se as marcas próprias que caracterizam os autores e também aos usos e termos característicos de determinado segmento social, ambos podem dificultar o entendimento do texto literário. Devemos ainda considerar as divisões do gêneros literários, estes são divididos pelos especialistas da seguinte forma: Narrativo (o romance, a novela, o conto, a crônica, a epopeia, o poema heroico, a fábula e a parábola); Dramático (a tragédia, a comédia, a tragicomédia, o auto e a farsa); Lírico (o soneto, a ode, a elegia, a écloga, o acalanto, o ditirambo, a cantiga e a poesia livre). Cada um desses gêneros são compostos por grupos de gêneros e possuem suas características determinantes. As obras literárias mais utilizadas como fontes de pesquisa fazem parte dos segmentos do gênero narrativo.

Os textos literários podem assim, ser utilizados em sala de aula, não somente nas disciplinas específicas de Literatura e Língua Portuguesa, mas também pelos profissionais de História e outras áreas das Ciências Humanas, tais como a antropologia, sociologia, geografia, entre outras, uma vez considerada a riqueza de informações que tais documentos podem fornecer.

No caso específico da História, iremos falar brevemente sobre as complexidades que envolvem o processo de conhecimento, a partir da produção de Rafael Ruiz, cujo capítulo é intitulado “Novas formas de abordar o ensino de História”, inserido no livro História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas (2010), sob a organização de Leandro Karnal.

Segundo Ruiz, houveram três modos de entender a História e o papel do historiador. O primeiro deles é o modelo clássico, a História tida como a *mestra da vida*, voltada para as mudanças que seriam realizadas a partir do passado, sendo inaugurada por Tucídides e Cícero. Tal modelo predominou até que, na metade do século XVIII, a Revolução Francesa e o Iluminismo começaram a exigir uma nova conceituação da

História, seria agora a História vista como um processo, uma visão teleológica, uma “história do futuro”. E o último modelo é o da História do presente, surgido no momento entre guerras, e a partir do fim da Segunda Guerra Mundial começou a demanda por uma nova conceituação para a História. Ruiz, baseado na interpretação de François Hartog, afirma: “E, contudo, conforme Hartog afirmava, esses três modelos quebraram definitivamente e não conseguem mais dar conta da História” (RUIZ, 2010;76) A partir daí, Ruiz faz uma série de questionamentos pertinentes no que concerne as alterações desses modelos da História. Considerando que o a História exige nos dias atuais é uma reorganização da nossa maneira de estudá-la e ensiná-la.

O novo método que o historiador Ruiz trata seria o imbricamento da Literatura na História. Pois afirma que pode-se trabalhar os diferentes modelos históricos por meio de um documento ou de textos literários. Para tanto ele desafia exemplos com as análises de três obras literárias, uma para cada modelo histórico. Para a história clássica, mestra da vida, ele utiliza Robinson Crusé. Para a história do futuro, ele analisa as obras de Thomas More e Maquiavel, e por fim utiliza Ítalo Calvino para comparar com os pressupostos da história do presente com a obra do referido autor.

O personagem literário está inserido num contexto, pode apresentar contornos de um fato, um acontecimento determinado, assim como reafirmar ou complementar as lacunas de personagens histórico. Cabe aos historiadores fazer o uso adequado dessas fontes, no ensino e na pesquisa. Dessa forma, comparar é o papel dos historiadores.

Os textos literários podem nos fornecer, assim, uma, não toda, explicação acerca de uma determinada realidade histórica. O modelo narrativo constitui assim, um dos modelos que devemos procurar, diante dos desafios que surgem neste século XXI. Pois o modelo narrativo contempla as duas condições prévias necessárias já apontadas por Hartog: o ponto de vista do narrador e uma abordagem comparativa. E é a Literatura Universal que dá acesso a tais premissas básicas, pois “o narrador, pelo fato de narrar, posiciona-se a partir de um ponto de vista, que fica explícito na própria narrativa. (RUIZ, 2010:91).

Devemos então, enquanto profissionais da História, sabermos utilizar esse modelo, tanto na pesquisa, quanto no ensino da disciplina. Retomando que os textos literários estabelecem uma relação dialógica, Terra afirma que:

A introdução de estudos que buscam desvendar as múltiplas relações dialógicas incorporadas às obras humanas amplia a oportunidade dos alunos conhecerem contextos históricos complexos, que se expandem em

ressonâncias no tempo e que se materializam em obras e acontecimentos. Possibilitam, ainda, escaparem de explicações causais e simplistas, indo de encontro à construção de olhares substanciosos, recheados de referências culturais, contextos e histórias. Implica, por outro lado, investir em estudos que abandonam uma concepção de tempo linear, já que na busca do enunciado de uma obra, no desvendamento dos diálogos e na busca de localização das vozes que falam, a construção do tempo segue um outro fluxo, isto é, orienta-se por um roteiro de pesquisa e de investigação que esbarra em épocas, vozes e contextos que emergem de muitos recantos, de muitas gerações, que ressoam, ainda, no presente, já que é no presente que os alunos estão falando, dialogando, construindo um novo enunciado, uma nova obra. (TERRA, 2004:103)

Ainda dentro da discussão quanto à relação dialógica existente entre os textos literários, a autora apresenta uma reflexão quanto ao seu uso no ensino de História, desta forma conclui que:

Dentro de uma perspectiva do ensino de história, as reflexões de Bakhtin orientam, nesse sentido, para outro tipo de possibilidade de estudo na utilização dos documentos como recurso didático. Elas evidenciam a importância da procura do enunciado construído pelo autor em sua obra e a necessidade da recuperação dos diálogos mantidos entre os sujeitos históricos que falam e dialogam, mesmo em tempos distantes, incluindo, com igualdade de situação, o sujeito contemporâneo – o aluno, a classe e o professor, com seus universos culturais e seus espaços resguardados para a construção de novos enunciados. (TERRA, 2004:103)

Assim, a autora infere, de maneira aberta, com o aporte de Bakhtin, a proposta de outra possibilidade de estudo no que concerne ao uso dos documentos, em geral (obras literárias, pinturas, fotografias, jornais, entre outros) – contudo, principalmente as obras literárias - como recurso didático nas salas de aula de história. Tal proposta deve ser balizada através das considerações do filólogo, que denotam a importância do enunciado imbuído em determinada obra pelo autor e a exigência de recuperar os diálogos entre os sujeitos históricos, pois há sim, um diálogo entre estes, apesar de estarem distantes temporalmente. Nesta perspectiva, os sujeitos contemporâneos, membros do processo de ensino-aprendizagem, também são inseridos como sujeitos no diálogo, estes, com suas especificidades culturais e seus espaços defendidos permitem a uma elaboração de novos enunciados, dentro do contexto do ensino de História

#### **4. Conclusão**

Se as propostas interdisciplinares visam diminuir o impacto causado pela desfragmentação de conhecimento na educação básica causadas pelas reformas de base, a interdisciplinaridade não pode ser confundida como um assunto comum

trabalhado por diferentes disciplinas e sim, como a relação possível de entendimento e análise de um tema em variadas áreas em conjunto.

A utilização de história e literatura no contexto escolar deve ser trabalhada não como uma ferramenta complementar a outra. No ensino de história, a relação com a literatura não deve colocar a mesma na condição de recurso didático e sim como passível de análise histórica. O exercício da leitura e sua interpretação se relacionam com o entendimento do leitor e quando se propõe uma análise histórica da mesma, deve ser considerada não só a dimensão histórica, como também o contexto literário e a realidade do leitor, que influenciará na recepção e interpretação da leitura.

Se durante muito tempo foi discutida as relações entre aproximações e diferenciações entre história e literatura, quando se propõe um diálogo interdisciplinar entre as duas, devemos pensar e problematizar sempre as especificidades das mesmas, mas também perceber como as relações existentes, para além de aproximá-las, tornam as mesmas passíveis de análises conjuntas.

## **REFERÊNCIAS:**

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011..

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: história** /. Brasília: MEC SEF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC SEF, 2001.

CAMPOS, Helena Guimarães; FARIA, Ricardo de Moura. **História e Linguagens: livro do professor**. São Paulo: FTD, 2009.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Tradução Jussara Haubert Rogrigues. – Porto Alegre: ArtMed, 1998.

RUIZ, RAFAEL. Novas formas de abordar o ensino de História. In: \_KARNAL, Leandro. (Org.) **História na Sala de Aula: conceito, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 75 - 91.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. reimpr. da 4ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu. Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. In: SILVA e MOREIRA (orgs.). **Territórios contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TERRA, Antonia. História e dialogismo. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004